



**ACORDO DE COOPERAÇÃO
ACADÊMICA INTERNACIONAL Nº
___/20__ - UFLA, QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIVERSIDADE
FEDERAL DE LAVRAS E A
UNIVERSIDAD NACIONAL
ARTURO JAURETCHE, NA
FORMA ABAIXO:**

Pelo presente Instrumento e na melhor forma de direito, de um lado, a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS**, pessoa jurídica de direito público, autarquia especial integrante da Administração Indireta da União, criada pela Lei nº 8.956, de 15 de dezembro de 1994, vinculada ao Ministério da Educação, com sede na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais, Brasil, no *Campus* Universitário, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.078.679/0001-74, doravante denominada **UFLA**, neste ato representada por seu Diretor de Relações Internacionais, Professor **ANTONIO CHALFUN JUNIOR**, portador da Cédula de Identidade nº [REDACTED], emitida pela SSP/MG e do CPF nº [REDACTED] no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria/Reitoria nº 287, de 11/04/22, e, de outro lado, a **UNIVERSIDAD NACIONAL ARTURO JAURETCHE**, com sede na cidade de Florencio Varela, Buenos Aires, Argentina, na Av. Calchaquí 6200, doravante denominada **UNAJ**, neste ato representada por seu Reitor, Sr. **ARNALDO MEDINA**, portador da Cédula de Identidade nº [REDACTED] resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA INTERNACIONAL**, que será regido, no que couber, pela Lei nº 8.666/93, pelas demais normas legais pertinentes à matéria, e mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Acordo tem por objeto o estabelecimento de parceria internacional com o escopo de promover o intercâmbio de discentes, de caráter amplo, em nível de graduação e de pós-graduação, e o intercâmbio de docentes pesquisadores e técnicos administrativos, entre a **UFLA** e a **UNAJ**.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – No intuito de alcançar o objeto de que trata o *caput* da presente cláusula, as partícipes cumprirão o Plano de Trabalho, anexo a este Instrumento, elaborado de acordo com o disposto na legislação vigente.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – Para os fins do presente Acordo, entender-se-á por instituição anfitriã a partícipe que receber discentes, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos para intercâmbio dentro do escopo do presente Instrumento; e por instituição de origem a partícipe da qual





o discente, docente, pesquisador ou técnico administrativo, participante do programa de intercâmbio, fizer parte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

As partícipes concordam em promover intercâmbios entre discentes, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos das respectivas instituições, oportunidade em que estes cumprirão as atividades estabelecidas no Plano de Trabalho.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA– As partícipes, enquanto instituição anfitriã, deverão enviar ao órgão apropriado da instituição de origem, ao final da estada do discente, documento oficial, especificando as atividades desenvolvidas e a avaliação recebida, quando for o caso.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA– A partícipes se comprometem a promover a integração dos discentes, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos na vida acadêmica da instituição anfitriã, bem como a prover apoio, por meio de suas respectivas Diretorias de Relações Internacionais, incluindo auxílio na procura de moradia, orientação e apoio acadêmico.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO INTERCÂMBIO DE DISCENTES

Os discentes serão selecionados na sua instituição de origem, de acordo com os critérios dessa instituição, e observando as exigências e especialidades da instituição anfitriã.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA– Os discentes pagarão todas as taxas de matrícula e mensalidade na sua instituição de origem, não sendo cobradas taxas, de qualquer ordem, na instituição anfitriã.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA– O pagamento de qualquer outra atividade que não seja um curso regular oferecido pela instituição anfitriã será de responsabilidade do próprio discente.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA– Os discentes serão responsáveis pelo pagamento dos aluguéis e taxas referentes à sua hospedagem e à alimentação, bem como serão responsáveis por suas despesas de viagens e por outros gastos com subsistência.

Parágrafo único - Dentro das disposições orçamentárias de cada instituição, a hospedagem e a alimentação poderão ser ofertadas pela instituição de destino de forma recíproca, detalhadas em Plano de Trabalho específico.



SUBCLÁUSULA QUARTA– Os discentes deverão submeter-se aos regulamentos e demais procedimentos acadêmicos existentes na instituição anfitriã.

SUBCLÁUSULA QUINTA - Inicialmente, o intercâmbio será de, no máximo, 4 estudantes por ano, podendo as vagas serem divididas entre os semestres acadêmicos.

SUBCLÁUSULA SEXTA- É vedado o intercâmbio aos estudantes de graduação da UFLA que:

- a) Não tenham concluído, pelo menos, 10% da carga horária total de sua matriz curricular;
- b) Estiverem em estágio curricular obrigatório; e
- c) Estiverem matriculados no último semestre letivo, quando este significar o cumprimento do tempo máximo de integralização.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA - Anualmente, as partícipes definirão os aspectos do intercâmbio, tais como áreas, cursos, períodos acadêmicos, entre outros, por meio de Plano de Trabalho específico.

SUBCLÁUSULA OITAVA - Os discentes deverão possuir um seguro saúde com cobertura ampla, válido pelo período de estudos no país anfitrião. A responsabilidade pela contratação desse seguro será dos próprios discentes.

SUBCLÁUSULA NONA - Os discentes deverão ter o visto apropriado, válido pelo período de estudos no país anfitrião.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA - As partícipes, enquanto instituição de origem, reconhecerão os resultados acadêmicos obtidos pelo discente na instituição anfitriã, com base em plano de trabalho previamente acordado entre as partícipes e em seus créditos e/ou carga horária.

CLÁUSULA QUARTA – DO INTERCÂMBIO DE DOCENTES, PESQUISADORES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

Os docentes, pesquisadores e técnicos administrativos interessados em participar do intercâmbio de que trata a presente Cláusula serão selecionados na sua instituição de origem, de acordo com os critérios por ela estabelecidos e observando as exigências e especialidades da instituição anfitriã.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA– O intercâmbio de docentes, pesquisadores e técnicos administrativos será realizado em conformidade com o disposto no Plano de Trabalho específico, anexo ao presente Instrumento, definido de comum acordo entre as partícipes, contendo as atividades, os períodos, o financiamento, a coordenação, entre outros aspectos.



SUBCLÁUSULA SEGUNDA– Os docentes, pesquisadores e técnicos administrativos participantes serão responsáveis pelo pagamento dos aluguéis e taxas referentes à sua hospedagem, bem como serão responsáveis por suas despesas de viagens e por seus gastos com subsistência, a menos que esses gastos estejam incluídos em bolsa concedida nos termos da legislação vigente.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA– Os docentes, pesquisadores e técnicos administrativos deverão possuir seguro-saúde com cobertura ampla, válido pelo período de sua estadia no país anfitrião. A responsabilidade pela contratação do seguro será dos próprios docentes, pesquisadores e técnicos administrativos.

SUBCLÁUSULA QUARTA– Os professores, pesquisadores e técnicos administrativos devem possuir visto apropriado, válido pelo período de sua estadia no país anfitrião.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A instituição anfitriã não assumirá responsabilidade civil, judicial ou extrajudicial em relação a nenhum evento danoso que possam sofrer os discentes, docentes pesquisadores e/ou técnicos administrativos, que participem dos programas de intercâmbio, sejam esses delitos, contravenções, acidentes ou enfermidades de qualquer natureza.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – A responsabilidade civil prevista como resultado de delitos ou fatos danosos ou culposos que possam ser cometidos por servidores ou funcionários da instituição anfitriã, não será alcançada pela exclusão de responsabilidade prevista no *caput* desta cláusula.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUPERVISÃO

As partícipes designarão suas respectivas Diretorias de Relações Internacionais como supervisoras das atividades resultantes do presente Instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA COORDENAÇÃO

No âmbito da **UFLA**, a coordenação executiva e administrativa do intercâmbio de discentes da graduação caberá à Diretoria de Relações Internacionais e a coordenação acadêmica caberá a um docente da **UFLA**, especificamente designado. No âmbito da **UNAJ**, a coordenação do intercâmbio de discentes, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos caberá a um docente da instituição especificamente designado.





SUBCLÁUSULA ÚNICA – Toda e qualquer questão derivada da aplicação e da interpretação deste Instrumento, será submetida, em primeira instância, ao arbítrio dos respectivos coordenadores, que deverão emvidar esforços para superar as diferenças suscitadas.

CLÁUSULA OITAVA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

Qualquer invento, aperfeiçoamento ou inovação tecnológica, obtenção de produto ou processo, inclusive o direito de exploração econômica de obras científicas ou literárias, resultantes das ações desenvolvidas no âmbito do presente Acordo serão objeto de instrumento específico, observando-se em qualquer caso, as normas jurídicas aplicáveis.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Instrumento não implica compromissos financeiros entre as partícipes. O pagamento dos custos inerentes às atividades eventualmente acordadas correrá por conta de cada uma das partícipes.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – É vedada a indenização de uma partícipe à outra, bem como a transferência de recursos financeiros entre si.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RECIPROCIDADE

Cada partícipe oferecerá aos discentes, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos que a visitem, um tratamento similar ao dos próprios, tornando possível o acesso aos serviços necessários e reconhecendo os estudos realizados na outra Instituição, nos limites da legislação em vigor em ambos os países.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Instrumento é de 5 anos, a contar da data de sua última assinatura, podendo ser prorrogado, caso haja interesse público, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias do vencimento, mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

O presente Acordo poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, mediante a formalização de um instrumento jurídico específico pelas partícipes.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DENÚNCIA

Qualquer das partícipes poderá denunciar o presente Instrumento, a qualquer tempo e independentemente de justo motivo, desde que comunique a outra a sua intenção com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, fazendo jus aos benefícios ou vantagens até então auferidas e arcando com as responsabilidades das obrigações assumidas durante a respectiva vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DA RESCISÃO

Constitui motivo para a rescisão deste Acordo de Cooperação Internacional o inadimplemento de quaisquer das cláusulas aqui pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partícipes, podendo ser firmados, se necessário, termos aditivos que farão parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ASSINATURA

As Partes expressamente concordam em utilizar e reconhecem como válida qualquer forma de comprovação de anuência aos termos ora acordados em formato eletrônico, incluindo assinaturas eletrônicas da plataforma DocuSign (www.docusign.com), observados os padrões de segurança das respectivas normas nacionais, preservando a garantia de autoria, autenticidade e integridade dos documentos eletrônicos. A formalização das avenças na maneira supra acordada será suficiente para a validade e integral vinculação das partes ao presente Acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Para dirimir dúvidas que possam ser suscitadas na execução e interpretação do presente acordo, as partícipes envidarão esforços na busca de uma solução consensual. Não sendo possível, as convenientes indicarão, de comum acordo, um terceiro, pessoa física especialista em solução amigável de conflitos internacional, para atuar como mediador e dirimir as controvérsias com base na legislação de ambos países envolvidos. É acordado que o lugar de evento do litígio ou, havendo obrigação a ser cumprida, o lugar de seu cumprimento, definirá o direito aplicado e o tribunal competente.

E, assim, por estarem justas e acordes, as partícipes assinam o presente Instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, sendo duas vias na língua portuguesa e duas em espanhol, para os mesmos efeitos legais, na presença de duas testemunhas instrumentárias abaixo subscritas.





UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - UFLA
DIRETORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - DRI

Telefone: (35) 3829-1858 - E-mail: dri@ufla.br

p/ UFLA

Lavras, Brasil, 18 de maio de 2022



Antonio Chalfun Junior
Diretor de Relações Internacionais

p/ UNAJ

Buenos Aires, Argentina, 17 de mayo de 2022



Arnaldo Medina
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS – UFLA
DIRETORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - DRI
 Telefone: +55 (35) 3829-1858 – E-mail: dri@ufla.br



PLANO DE TRABALHO
I - DADOS CADASTRAIS

TIPO DE INSTRUMENTO

ACORDO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

PARTÍCIPE 1

1. TIPO DE PARTICIPAÇÃO Partícipe	2. RAZÃO SOCIAL UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	3. CNPJ/MF 22.078.679/0001-74		
4. ENDEREÇO DA SEDE (AV., RUA, Nº, BAIRRO) Campus Universitário da UFLA				
5. CIDADE/ESTADO Lavras/MG	6. CEP 37.200-900	7. TELEFONE (35) 3829-1502	8. FAX (35) 3829 1502	
9. NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E COORDENADOR ANTONIO CHALFUN JUNIOR				10. CPF/MF nº [REDACTED]
11. IDENTIDADE nº [REDACTED]	12. ÓRGÃO EXPEDIDOR SSP/MG	13. CARGO Diretor de Relações Internacionais	14. DATA VENC. MANDATO 30/05/2024	
15. ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL) dri@ufla.br				16. MATRÍCULA SIAPE [REDACTED]

PARTÍCIPE 2

1. TIPO DE PARTICIPAÇÃO Partícipe	2. RAZÃO SOCIAL UNIVERSIDAD NACIONAL ARTURO JAURETCHE			
3. ENDEREÇO DA SEDE (AV., RUA, Nº, BAIRRO) Av. Calchaquí 6200				
4. CIDADE/ESTADO Florencio Varela, Buenos Aires, Argentina	5. CEP 1888		6. TELEFONE Tel: +54 11 4275-6100	
7. NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E COORDENADOR ARNALDO MEDINA				8. IDENTIDADE / PASSAPORTE
9. CARGO Reitor				10. DATA VENC. MANDATO
11. ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL)				

II – CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

1. TÍTULO

Acordo de Cooperação Acadêmica Internacional entre a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)** e a **UNIVERSIDAD NACIONAL ARTURO JAURETCHE (UNAJ)**.

2. BASE LEGAL

O presente Plano de Trabalho seguirá, no que couber, os ditames da Lei Brasileira nº 8.666/93, principalmente no que se refere ao Artigo 116.



3. OBJETO DO INSTRUMENTO	4. PERÍODO DE EXECUÇÃO	
Objetiva-se o estabelecimento de uma parceria internacional que permita a cooperação técnica, científica, educacional e cultural entre a UFLA e a UNAJ a fim de desenvolver atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão em áreas de interesse mútuo entre as instituições.	<p>INÍCIO:</p> A partir da data da última assinatura do Acordo de Cooperação Internacional	<p>TÉRMINO:</p> 5 anos após a última assinatura do Acordo de Cooperação Internacional.

5. OBJETIVOS
Determinar o número de 4 vagas por ano para mobilidade durante o período do acordo geral. As instituições concordam que esse número será dividido em cada semestre de acordo com o interesse dos discentes e das instituições. O intercâmbio de discentes depende da indicação prévia da instituição de origem e da aprovação da instituição anfitriã, que posteriormente fornecerá ao aluno uma carta de aceite para fins de visto.

6. RESULTADOS ESPERADOS
Promoção de mobilidades entre a UFLA e a UNAJ a fim de enviar e receber alunos dos mais diversos campos de estudo, pesquisa e atuação, para que isso resulte no aprimoramento das suas habilidades intelectuais e técnicas em suas respectivas áreas. Aumento da internacionalização da UFLA por meio das mobilidades acadêmicas, formação de profissionais capacitados internacionalmente em virtude da realização de intercâmbio, contribuição com o programa Brother UFLA por parte dos discentes egressos das mobilidades.

7. JUSTIFICATIVA
Este plano de trabalho, referente ao Acordo de Cooperação Acadêmica Internacional celebrado entre a UFLA e a UNAJ justifica-se na medida em que atinge a pluralidade de significados atribuídos ao "interesse público", como o interesse pessoal de um indivíduo ou um grupo de indivíduos que agem como "participantes de uma comunidade maior a qual pertencem". Neste caso, refere-se ao interesse dos alunos, docentes e pesquisadores ao se beneficiarem do intercâmbio entre as partícipes.
O interesse público também está ligado ao interesse do Estado como Administração Pública, e, outrossim, incluído nesta proposta que converge com o interesse da UFLA como membro especial da autoridade de Administração Indireta da União para intensificar a sua política de internacionalização.
Finalmente, destaca-se ainda a interpretação do interesse público relacionado com a garantia dos direitos fundamentais, entre os quais os direitos sociais. O acordo proposto é, a partir dessa perspectiva, relevante, uma vez que afeta interesses relacionados com a educação (direitos sociais consagrados no artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988), permitindo iniciativas de formação e produção de conhecimento.

III – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ETAPA/FASE	META1	ATIVIDADES	DURAÇÃO	
			Início	Término
I	Estabelecimento do número de estudantes/docentes que poderão realizar intercâmbio no semestre.	Contato entre as instituições para estabelecimento do número de vagas e condições de mobilidade, como período de inscrição e requisitos.	Ano 1	Ano 2
ETAPA/FASE	META2	ATIVIDADES	DURAÇÃO	
II	Mobilidade estudantil/docente.	Realização de inscrições, processos seletivos e instruções aos estudantes/docentes.	Ano 1	Ano 2
ETAPA/FASE	META3	ATIVIDADES	DURAÇÃO	
III	Informes e análise das mobilidades.	As universidades avaliarão os resultados das mobilidades e a continuidade da cooperação.	Ano 2	Ano 2



ETAPA / FASE	META 4	ATIVIDADES	DURAÇÃO	
			Início	Término
IV	Novos ciclos de mobilidade.	Novo contato para o estabelecimento das novas mobilidades.	Ano 2	Ano 5
ETAPA / FASE	METAS	ATIVIDADES	DURAÇÃO	
			Início	Término
V	Atividades de cooperação em pesquisa conjunta.	Contato entre as instituições para definição de áreas comuns de interesse para pesquisa conjunta.	Ano 1	Ano 5

IV – DECLARAÇÕES

1. DECLARAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL E COORDENADOR NA UFLA

Declaro, para os devidos fins de direito, na função de Diretor de Relações Internacionais, que o presente Plano de Trabalho foi apreciado e aprovado pelos órgãos competentes da UFLA.



18 de maio de 2022

Antonio Chalfun Junior

SIAPE

CPF/MF

DATA

2. DECLARAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL E COORDENADOR NA UNAJ

Declaro, para os devidos fins de direito, que o presente Plano de Trabalho foi apreciado e aprovado pelos órgãos competentes da UNAJ.



17 de mayo de 2022

Arnaldo Medina

Nº da identidade

DATA



UNIVERSIDAD FEDERAL DE LAVRAS - UFLA
OFICINA DE RELACIONES INTERNACIONALES - DRI

Fono: (35) 3829-1858 - E-mail: dri@ufla.br

**ACUERDO DE COOPERACIÓN
ACADÉMICA INTERNACIONAL N.º
___ / 20__ - UFLA, QUE FIRMAN
ENTRE SÍ LA UNIVERSIDAD
FEDERAL DE LAVRAS Y LA
UNIVERSIDAD NACIONAL
ARTURO JAURETCHE COMO
SIGUE:**

Por el presente Instrumento y en la mejor forma de la ley, por una parte, la **UNIVERSIDAD FEDERAL DE LAVRAS**, persona jurídica de derecho público, autarquía especial miembro de la Administración Indirecta de la Unión, creada por la Ley n.º 8.956, del 15 de diciembre de 1994, vinculada al Ministerio de Educación, con sede en la ciudad de Lavras, Minas Gerais, Brasil en el Campus Universitario, inscrita en el CNPJ / MF bajo el n.º 22.078.679/0001-74, en adelante denominada **UFLA**, representada en este acto por su Director de Relaciones Internacionales, Profesor **ANTONIO CHALFUN JUNIOR**, portador de la Cédula de Identidad n.º [REDACTED], expedida por la SSP/MG y del CPF [REDACTED], en el uso de las facultades que le fueron delegadas por la Ordenanza/Rectoría n.º 287, del 11/04/2022, y, por otro lado, la **UNIVERSIDAD NACIONAL ARTURO JAURETCHE**, con sede en la ciudad de Florencio Varela, Buenos Aires, Argentina, en la Av. Calchaquí 6200, en adelante denominada **UNAJ**, representada en este acto por su Rector, Sr. **ARNALDO MEDINA**, portador del Documento Nacional de Identidad [REDACTED], resuelven celebrar este **ACUERDO DE COOPERACIÓN ACADÉMICA INTERNACIONAL**, el cual se regirá por la Ley n.º 8.666/93, por las demás normas jurídicas relativas a la materia, y en las cláusulas y condiciones que se exponen a continuación:

CLÁUSULA PRIMERA - OBJETO

El presente Acuerdo tiene por objeto el establecimiento de una alianza internacional con el objetivo de promover el intercambio de estudiantes, de carácter amplio, a nivel de grado y posgrado, y el intercambio de profesores, investigadores y técnicos administrativos, entre la **UFLA** y la **UNAJ**.

SUB-CLÁUSULA PRIMERA - Con el fin de lograr el objetivo de que trata el encabezado de esta cláusula, las participantes cumplirán con el Plan de Trabajo, que se adjunta al presente Instrumento, elaborado de conformidad con la legislación vigente.

SUB-CLÁUSULA SEGUNDA - Para los efectos del presente Acuerdo, se entenderá por institución receptora la participante que reciba a los estudiantes, profesores, investigadores y técnicos administrativos para intercambio en el ámbito de este Instrumento; y por institución de origen la participante de la cual el





estudiante, profesor, investigador o técnico administrativo, es participante en el programa de intercambio.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBLIGACIONES

Las participantes acuerdan promover intercambios entre los estudiantes, profesores investigadores y técnicos administrativos de las respectivas instituciones, oportunidad en la que aquellos cumplirán las actividades establecidas en el Plan de Trabajo.

SUB-CLÁUSULA PRIMERA - Las participantes, como institución receptora, deberán enviar a la oficina correspondiente de la institución de origen, al final de la estancia del estudiante, un documento oficial, especificando las actividades desarrolladas y la evaluación recibida, en su caso.

SUB-CLÁUSULA SEGUNDA- Las participantes se comprometen a fomentar la integración de los estudiantes, profesores, investigadores y técnicos administrativos en la vida académica de la institución receptora, así como a prestar apoyo, a través de sus respectivos Directorios de Relaciones Internacionales, incluida la asistencia en la búsqueda por vivienda, orientación y apoyo académico.

CLÁUSULA TERCERA - INTERCAMBIO DE ESTUDIANTES

Los estudiantes serán seleccionados en su institución de origen, de conformidad con los criterios de esa institución, observando los requisitos y especialidades de la institución receptora.

SUB-CLÁUSULA PRIMERA - Los estudiantes pagarán todas las tasas de matrícula y la mensualidad en su institución de origen y no se cobrarán tasas, de cualquier orden, en la institución receptora.

SUB-CLÁUSULA SEGUNDA - El pago de cualquier otra actividad que no sea de un curso regular ofrecido por la institución receptora será de responsabilidad del propio estudiante.

SUB-CLÁUSULA TERCERA- Los estudiantes serán responsables por el pago de los arrendamientos y tasas relacionados con su alojamiento, alimentación y transporte, así como serán responsables por sus gastos de viaje y otros gastos de subsistencia.

Parágrafo único - Dentro de las disposiciones presupuestarias de cada institución, el hospedaje y la alimentación podrán ser ofrecidos por la institución de destino de forma recíproca, detalladas en Plan de Trabajo específico.





SUB-CLÁUSULA CUARTA - Los estudiantes deben someterse a los reglamentos y otros procedimientos académicos existentes en la institución receptora.

SUB-CLÁUSULA QUINTA - Inicialmente, el intercambio será de un máximo de 4 estudiantes por año, que podrán las vacantes dividirse en los semestres académicos.

SUBCLÁUSULA SEXTA - Está prohibido el intercambio a los estudiantes de graduación de la UFLA que:

- a) no hayan concluido al menos el 10% de la carga horaria total de su matriz curricular;
- b) se encuentren en una fase de pasantía obligatoria; y
- c) Estén matriculados en el último semestre lectivo, cuando éste signifique el cumplimiento del tiempo máximo de integralización.

SUB-CLÁUSULA SÉPTIMA - A cada año, las participantes definirán los aspectos del intercambio, tales como las áreas, cursos, períodos académicos, entre otros, a través de un Plan de Trabajo específico.

SUB-CLÁUSULA OCTAVA - Los estudiantes deberán tener un seguro de salud con cobertura completa y válida por el periodo de estudios en el país de acogida. La responsabilidad de contratar ese seguro será de los propios estudiantes.

SUB-CLÁUSULA NOVENA - Los estudiantes deberán tener el correspondiente visado válido por el período de estudios en el país de acogida.

SUB-CLÁUSULA DÉCIMA - Las participantes, como institución de origen, reconocerán los logros académicos obtenidos por los estudiantes en la institución receptora, basado en plan de trabajo acordado previamente entre las participantes y en sus créditos y/o carga horaria.

CLÁUSULA CUARTA - INTERCAMBIO DE PROFESORES, INVESTIGADORES Y TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

Los profesores, investigadores y técnicos administrativos interesados en participar en el intercambio regulado por la presente Cláusula serán seleccionados en su institución de origen, de conformidad con los criterios establecidos por la misma y observando los requisitos y especialidades de la institución receptora.

SUB-CLÁUSULA PRIMERA - El intercambio de profesores, investigadores y técnicos administrativos se llevará a cabo de conformidad con lo dispuesto en el Plan de Trabajo específico, adjunto al presente Instrumento, definido de común





acuerdo entre las participantes, conteniendo las actividades, los periodos, la financiación, la coordinación, entre otros aspectos.

SUB-CLÁUSULA SEGUNDA - Los profesores, investigadores y técnicos administrativos participantes serán responsables por el pago de los arrendamientos y tasas relacionados con su alojamiento y serán responsables por sus gastos de viaje y por sus gastos de subsistencia, a menos que estos gastos estén incluidos en la beca concedida en virtud de la legislación vigente.

SUB-CLÁUSULA TERCERA - Los profesores, investigadores y técnicos administrativos deberán tener un seguro de salud con cobertura completa y válida durante el periodo de su estancia en el país de acogida. La responsabilidad por la contratación del seguro será de los propios profesores, investigadores y técnicos administrativos.

SUB-CLÁUSULA CUARTA - Los profesores, investigadores y técnicos administrativos deberán tener el correspondiente visado válido por la duración de su estancia en el país de acogida.

CLÁUSULA QUINTA - RESPONSABILIDAD CIVIL

La institución receptora no asumirá la responsabilidad civil, judicial o extrajudicial con relación a cualquier evento dañoso que pueda afectar a los estudiantes, profesores investigadores y/o técnicos administrativos que participen en los programas de intercambio, sean estos delitos, infracciones, accidentes o enfermedades de cualquier tipo.

SUB-CLÁUSULA ÚNICA - La responsabilidad civil prevista como consecuencia de delitos o de hechos dañosos o culposos que puedan ser cometidos por funcionarios o empleados de la institución receptora, no será alcanzada por la exclusión de la responsabilidad establecida en el *encabezado* de esta cláusula.

CLÁUSULA SEXTA - SUPERVISIÓN

Las participantes designarán a sus respectivos Directorios de Relaciones Internacionales como supervisores de las actividades resultantes de este Instrumento.

CLÁUSULA SÉPTIMA - COORDINACIÓN

Dentro del ámbito de la **UFLA**, la coordinación ejecutiva y administrativa del intercambio de estudiantes de graduación estará a cargo del Directorio de Relaciones Internacionales y la coordinación académica estará a cargo de un docente de la **UFLA** específicamente designado. Dentro del ámbito de la **UNAJ**, la





coordinación del intercambio de estudiantes, profesores, investigadores y técnicos administrativos estará a cargo de un docente de la institución especialmente designado.

SUB-CLÁUSULA ÚNICA - Toda y cualquier cuestión derivada de la aplicación e interpretación de este Instrumento será presentada, en primera instancia, a la discreción de los respectivos coordinadores, quienes deberán hacer esfuerzos para superar las diferencias planteadas.

CLÁUSULA OCTAVA - PROPIEDAD INTELECTUAL

Cualquier invención, mejora o innovación tecnológica, la obtención de un producto o proceso, incluyendo el derecho de explotación económica de obras científicas o literarias, resultantes de las acciones desarrolladas en virtud del presente Acuerdo estarán sujetos a instrumento específico, respetando, en todo caso, las disposiciones legales aplicables.

CLÁUSULA NOVENA - RECURSOS FINANCIEROS

Este instrumento no implica compromisos financieros entre las participantes. El pago de los costos inherentes a las actividades eventualmente acordadas estará a cargo de cada una de las participantes.

SUB-CLÁUSULA ÚNICA- Está prohibida la indemnización de una participante a la otra, así como la transferencia de fondos entre sí.

CLÁUSULA DÉCIMA - RECIPROCIDAD

Cada participante proporcionará a los estudiantes, profesores, investigadores y técnicos administrativos que la visiten, un tratamiento similar al dispensado a los suyos, haciendo posible el acceso a los servicios necesarios y el reconocimiento de los estudios realizados en otra institución dentro de los límites de la ley vigente en ambos países.

CLÁUSULA UNDÉCIMA - PLAZO

El plazo de vigencia de este Instrumento es de 5 años, a partir de la fecha de su última firma y podrá prorrogarse, si existe interés público, con antelación de un mínimo de treinta (30) días de la fecha de vencimiento, mediante un término de adición.





CLÁUSULA DUODÉCIMA – MODIFICACIONES

El presente Acuerdo podrá ser modificado, excepto en cuanto a su objeto, mediante la formalización de un instrumento jurídico específico por las participantes.

CLÁUSULA DECIMOTERCERA - TERMINACIÓN

Cualquiera de las participantes podrá terminar este Instrumento a cualquier momento e independientemente de una causa justa, bajo la condición de que comunique a la otra o parte su intención con por lo menos 60 (sesenta) días, y cumpla con los beneficios o ventajas obtenidos anteriormente y asuma las responsabilidades de las obligaciones durante su respectiva duración.

CLÁUSULA DECIMOCUARTA - RESCISIÓN

Constituye causa de rescisión del presente Acuerdo de Cooperación Internacional el incumplimiento de cualquiera de los términos acordados aquí.

CLÁUSULA DECIMOQUINTA - CASOS OMISOS

Los casos omisos serán resueltos de común acuerdo entre las participantes, y podrán ser firmados, en su caso, los términos adicionales que serán parte integrante del presente Instrumento.

CLÁUSULA DECIMOSEXTA - DE LA SUSCRIPCIÓN

Las Partes acuerdan expresamente utilizar y reconocer como válida cualquier forma de prueba de consentimiento a los términos ahora en formato electrónico, incluidas las firmas electrónicas de la plataforma DocuSign (www.docusign.com), observando los estándares de seguridad de las respectivas normas nacionales, preservando la garantía de autoría, autenticidad e integridad de los documentos electrónicos. La formalización de convenios de la forma anterior acordada será suficiente para la validez y la plena vinculación de las partes a este acuerdo.

CLÁUSULA DECIMOSÉPTIMA – PUBLICIDAD

Corresponderá a la **UFLA** publicar el extracto de este Instrumento en el *Diario Oficial* de la Unión dentro del plazo establecido en el párrafo único del artículo 61 de la Ley ^{Nº} 8.666/93, así como en su Boletín Interno.

SUB-CLÁUSULA - La **UNAJ** publicará el presente Instrumento, de conformidad con las leyes de la Argentina.





UNIVERSIDAD FEDERAL DE LAVRAS - UFLA
OFICINA DE RELACIONES INTERNACIONALES - DRI

Fono: (35) 3829-1858 - E-mail: dri@ufla.br

CLÁUSULA DECIMOCTAVA - FUERO

Para resolver las dudas que puedan suscitarse en la ejecución e interpretación del presente Acuerdo, las partes se esforzarán en la búsqueda de una solución consensuada. No siendo posible, las convenientes indicarán, de común acuerdo, un tercero, persona física especialista en solución amistosa de conflictos internacionales, para actuar como mediador y dirimir las controversias con base en la legislación de ambos países involucrados. Se acuerda que el lugar de evento del litigio o, habiendo obligación a ser cumplida, el lugar de su cumplimiento, definirá el derecho aplicado y el tribunal competente.

Y por lo tanto, siendo justo y acordes, las partícipes firman el presente instrumento en cuatro (4) copias de idéntico contenido y forma, dos vías en portugués y dos en el idioma español, para el mismo efecto legal, en presencia de dos testigos instrumentales abajo suscritos.

p/ UFLA

Lavras, Brasil, 18 de maio de 2022

p/ UNAJ

Buenos Aires, Argentina, 17 de mayo de 2022

Antonio Chalfun Junior
Director de Relaciones Internacionales

Arnaldo Medina
Rector



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS – UFLA
 OFICINA DE RELACIONES INTERNACIONALES - DRI
 Fone: +55 (35) 3829-1858 – E-mail: dri@ufla.br



PLAN DE TRABAJO

I – DATOS CATASTRALES

TIPO DE INSTRUMENTO:

ACUERDO DE COOPERACIÓN ACADÉMICA

INTERVINIENTE 1

1. TIPO Participante	2. RAZÓN SOCIAL UNIVERSIDAD FEDERAL DE LAVRAS	3. CNPJ/MF 22.078.679/0001-74	
4. DOMICILIO DE LA SEDE (AVDA., CALLE, N.º, BARRIO): <i>Campus Universitario de la UFLA</i>			
5. CIUDAD/ESTADO Lavras / MG	6. C. POSTAL 37.200-900	7. TELÉFONO (35) 3829-1502	8. FAX (35) 3829 1502
9. NOMBRE DEL REPRESENTANTE LEGAL Y COORDINADOR ANTONIO CHALFUN JUNIOR			10. CPF/MF nº [REDACTED]
11. IDENTIDAD nº [REDACTED]	12. ÓRGANO EXPEDIDOR SSP/MG	13. CARGO Director de Relaciones Internacionales	14. FECHA TÉRMINO MANDATO 30/05/2024
15. DIRECCIÓN ELETRÓNICA (E-MAIL) dri@ufla.br			16. MATRÍCULA SIAPE [REDACTED]

INTERVINIENTE 2

1. TIPO Participante	2. RAZÓN SOCIAL UNIVERSIDAD NACIONAL ARTURO JAURETCHE		
3. DOMICILIO DE LA SEDE (AVDA., CALLE, N.º, BARRIO): Av. Calchaquí 6200			
4. CIUDAD/ESTADO Florencio Varela, Buenos Aires, Argentina	5. C. POSTAL 1888	6. TELÉFONO Tel: +54 11 4275-6100	
7. NOMBRE DEL REPRESENTANTE LEGAL Y COORDINADOR ARNALDO MEDINA			8. IDENTIDAD / PASAPORTE
9. CARGO Rector			10. FECHA TÉRMINO MANDATO
11. DIRECCIÓN ELETRÓNICA (E-MAIL)			

1. TÍTULO DEL PROYECTO

Convenio Marco de Colaboración Internacional entre la **UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)** y **UNIVERSIDAD NACIONAL ARTURO JAURETCHE (UNAJ)**.

2. FUNDAMENTO LEGAL

El presente Plan de Trabajo seguirá, en lo que compete, a los dictados de la Ley Brasileña 8.666/93, en especial el artículo 116.

3. OBJETO DEL INSTRUMENTO FORMAL

Establecimiento de una alianza internacional para permitir la cooperación técnica, científica, educacional y cultural entre la **UFLA** y la **UNAJ** a fin de desarrollar actividades relacionadas a la enseñanza, investigación y extensión en áreas de interés mutuo entre las participantes.

4. PERÍODO DE EJECUCIÓN

INICIO: Desde la fecha de la última firma del Acuerdo de Cooperación Internacional.	TÉRMINO: 5 años después de la fecha de la última firma del Acuerdo de Cooperación Internacional.
--	---



5. OBJETIVOS DEL PLAN

Determinar el número de 4 vacantes por año para movilidad durante el período del convenio general. Las instituciones acuerdan que este número se dividirá en cada semestre de acuerdo con el interés de los estudiantes y las instituciones. El intercambio de estudiantes depende de la indicación previa de la institución de origen y la aprobación de la institución de acogida, que posteriormente proporcionará al estudiante una carta de aceptación a efectos de visado.

6. RESULTADOS ESPERADOS

Promoción de movilizaciones entre la UFLA y la UNAJ, a fin de enviar y recibir alumnos, profesores y gestores de los más diversos campos de estudio e investigación, para que resulte en la mejora de sus habilidades intelectuales y técnicas en sus respectivas áreas. Ampliación de la internacionalización de la UFLA por medio de las movilizaciones académicas; formación de profesionales capacitados internacionalmente en virtud de la realización del intercambio y contribución con el programa "Brother UFLA" por parte de los estudiantes egresados de las movilizaciones.

7. JUSTIFICATIVA

Este Plan de Trabajo, relativo al Acuerdo de Cooperación Académica Internacional suscrito entre la UFLA y la UNAJ se justifica en la medida en que alcanza la pluralidad de significados asignados al "interés público" como el interés personal de un individuo o de un grupo de individuos que actúan como "participantes de una comunidad más grande a la cual pertenecen". En este caso, se refiere al interés de los alumnos e investigadores en beneficiarse del intercambio entre los participantes.

El interés público también está conectado al interés del Estado como Administración Pública, y además está incluido en esta propuesta que converge con el interés de la UFLA como miembro especial de autoridad de Administración Indirecta de la Unión en la intensificación de su política de internacionalización.

Finalmente, se destaca asimismo la interpretación del interés público relacionado a la garantía de los derechos fundamentales, entre los cuales, los derechos sociales. El Acuerdo propuesto es, a partir de esa perspectiva, relevante, una vez que afecta intereses relacionados con la educación (derechos sociales consagrados en el artículo sexto (6) de la Constitución de la República Federativa de Brasil de 1988), facilitando iniciativas de formación y producción de conocimiento.

III – CRONOGRAMA DE DESARROLLO DE LAS ACTIVIDADES DEL PLAN DE TRABAJO

ETAPA/FASE	META1	ACTIVIDADES	DURACIÓN	
			Inicio	Término
I	Definición del número de estudiantes/profesores que podrán realizar intercambio en el semestre.	Contacto entre las instituciones, establecimiento del número de vacantes y condiciones de la movilidad, tales como periodo de nombramiento y requisitos.	Año 1	Año 2
ETAPA/FASE	META2	ACTIVIDADES	DURACIÓN	
II	Intercambio de los estudiantes y profesores.	Realización de las inscripciones, procesos de selección e instrucciones a alumnos/profesores.	Año 1	Año 2
ETAPA/FASE	META3	ACTIVIDADES	DURACIÓN	
III	Informe y análisis de la movilidad.	Las universidades evaluarán los resultados de las movilizaciones y la continuación de la cooperación.	Año 2	Año 2
ETAPA/FASE	META4	ACTIVIDADES	DURACIÓN	
IV	Nuevos ciclos de movilizaciones.	Nuevo contacto para el establecimiento de las próximas movilizaciones.	Año 2	Año 5
ETAPA/FASE	META5	ACTIVIDADES	DURACIÓN	
V	Actividades de cooperación en investigación conjunta.	Contacto entre las universidades para definición de áreas comunes de interés para investigación conjunta.	Año 1	Año 5



IV – DECLARACIONES

1. DECLARACIÓN DEL REPRESENTANTE LEGAL Y COORDINADOR EN LA UFLA

Declaro, para los debidos fines de derecho, que el presente Plan de Trabajo ha sido apreciado y aprobado por los Órganos Competentes dentro de la institución UFLA.

DocuSigned by:

726885A42587465

████████████████████

████████████████████

18 de maio de 2022

Antonio Chalfun Junior

SIAPE

CPF/MF

FECHA

2. DECLARACIÓN DEL REPRESENTANTE LEGAL Y COORDINADOR EN LA UNAJ

Declaro, para los debidos fines de derecho, que el presente Plan de Trabajo ha sido apreciado y aprobado por los órganos competentes dentro de la UNAJ.

DocuSigned by:

8A7E3D04A860451

████████████████████

17 de mayo de 2022

Arnaldo Medina

IDENTIDAD

FECHA